

Alice Piffer Canabrava: do si-mesmo ao outro¹

Alice Piffer Canabrava: from oneself to another

Otávio Erbereli Júnior

Doutor em História

Universidade de São Paulo (USP)

otaviojunior@uneb.br

Recebido: 24/06/2025

Aprovado: 15/09/2025

Resumo: o presente artigo inspira-se nas reflexões de Paul Ricoeur, principalmente em sua formulação da identidade narrativa. As fontes mobilizadas são um depoimento e duas entrevistas da historiadora paulista Alice Piffer Canabrava (1911-2003), além de parte de sua correspondência pessoal. Objetiva-se analisar como a historiadora inventa uma memória de si que passa pelo outro, pelo próximo, o historiador mineiro Francisco Iglésias, e como se deram as disputas em torno dessas memórias após seu falecimento. Ao longo dessas invenções de si depara-se com uma multiplicidade de sujeitos com atributos variáveis, incluindo-se alguns considerados legitimadores de uma prática historiadora compreendida como inovadora.

Palavras-chave: Alice Piffer Canabrava; Memórias de si; Identidade narrativa.

Abstract: this article is inspired by the reflections of Paul Ricoeur, especially in his formulation of narrative identity. The sources mobilized are a testimony and two interviews by São Paulo historian Alice Piffer Canabrava (1911–2003), as well as part of her personal correspondence. The objective is to analyze how the historian invents a memory of herself that passes through the other, the historian from Minas Gerais, Francisco Iglésias, and how the disputes around these memories took place after her death. Throughout these inventions of the self, one comes across a multiplicity of subjects with variable attributes, including some considered legitimizing a historical practice understood as innovative.

Keywords: Alice Piffer Canabrava; Self memories; Narrative identity.

Introdução

Biografias, autobiografias, depoimentos, entrevistas, testemunhos, diários, cartas... Modalidades de escrita de si e do outro. Na era vitoriana as autobiografias e biografias sobre homens de grande envergadura moral conheceram intensa inflação (GAY, 1999). Porém, o historiador estava alijado desse processo, uma vez que a disciplina histórica em sua busca por cientificidade estava encarregada de contar a história de outra personagem: o Estado (LORIGA, 2011). Os únicos

¹ Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



indivíduos que poderiam ter suas histórias de vida narradas seriam aqueles membros das elites que contribuíram para erigir esse grande Estado. Assim, durante todo o século XIX até a primeira metade do século XX, a biografia foi tomada enquanto gênero menor pelos historiadores.

Na segunda metade do século XX temos o retorno do sujeito à historiografia. Porém, quem retorna já retorna outro. Com o auxílio da etnografia, da psicanálise, da literatura, e da filosofia não se concebe mais um sujeito com uma identidade que não varie no tempo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012).

No Brasil, a principal preocupação do IHGB era com a construção da nacionalidade. Para auxiliar nesse intento, a partir da gestão de Januário da Cunha Barbosa, logo em 1839 foi lançada na RIHGB uma seção que deveria biografar as personagens mais ilustres da nação em uma chave de exemplaridade para o presente *a la Plutarco* (OLIVEIRA, 2012). Contudo, do final do século XIX até início do século XX temos uma inflexão desse procedimento. Esse período é caracterizado pelo abandono da perspectiva biográfica com necrológios que serviam para discutir questões metodológicas e filológicas. Na primeira metade do século XX merece destaque o historiador Octávio Tarquínio de Sousa que não se liga à ideia de uma biografia exemplar, mas sim para dar vida e cor à nacionalidade (GONÇALVES, 2009). Porém, somente nos anos 1970 e 1980, tendo o espaço universitário como lugar privilegiado de produção e legitimação, encontra-se uma retomada da biografia com inspiração nas renovações historiográficas estrangeiras a partir da micro-história italiana, da história social inglesa e dos estudos de Michel Foucault (SCHMIDT, 2013).

Uma das formas de se pensar esse novo sujeito e uma identidade que não é fixa encontra-se na noção de identidade narrativa forjada por Paul Ricoeur a partir de uma hermenêutica do sujeito. Ela permite escapar de uma concepção de sujeito que não muda ao longo do tempo, o *cogito* cartesiano, e de um sujeito enquanto ilusão, o *anti-cogito* nietzschiano. A identidade narrativa se define a partir da dialética entre mesmidade e ipseidade. A primeira, ou a identidade-idem, se define pela permanência do caráter do sujeito no tempo, ou seja, pode ser expressada por suas impressões digitais, seu DNA e seu registro civil, por exemplo. A ipseidade, ou a identidade-ipse, pode ser definida como a condição de singularidade do sujeito; aquilo que o distingue do outro e que possui como uma de suas qualidades o empenho da palavra que se atestará no futuro. Essa dimensão da identidade se relaciona com o próximo e com o outro, pois necessita de um paciente de atestação. Assim, a identidade narrativa permite pensar o sujeito tanto em seus aspectos que permanecem quanto que mudam no tempo (RICOEUR, 2014). Ademais, apoio-me também no rompimento da dicotomia entre memória

individual e memória coletiva por meio de um sujeito singular que põe em trânsito essas memórias: o próximo (RICOEUR, 2007).

Alice por si-mesma

Em entrevista concedida por Alice à Flávio Saes, José Ribeiro de Araújo Filho e Oracy Nogueira no dia 30 de janeiro de 1981 na sala de gravações do Museu da Imagem e do Som de São Paulo (MIS/SP) por ocasião do projeto “Estudos Brasileiros” coordenado por Ernani da Silva Bruno, esse último sugere que a historiadora empreenda uma introdução autobiográfica (CANABRAVA, 1981).

A rememoração da historiadora nesse caso particular é incitada pelo outro. Penso a entrevista “como género de la presencia, [que] marcará, de modo netamente contrastivo, la ausencia” (ARFUCH, 2010, p. 147). Aqui parto das reflexões de Leonor Arfuch sobre a entrevista no espaço biográfico. Neste caso, autobiográfico. Das possibilidades de expressão de si, a entrevista é a que possui maior efeito de presença – mesmo que a marca da autobiografia seja a de um ausente; seja o passado; seja “o si-mesmo como outro” (RICOEUR, 2014). Esse efeito de presença deriva das múltiplas vozes envolvidas na narrativa: a do entrevistado, seu corpo se faz presente, a do entrevistador e a do público. O entrevistador também é coautor do relato, uma vez que, ao incitar a memória do outro, o entrevistado, o faz dentro de uma chave de memória comum, uma das condições de possibilidade da entrevista. Aquele que ouve, vê ou lê a entrevista – em meu caso ouvi a voz de Alice na entrevista ao MIS/SP (1981) – pelas características apontadas, se aproxima mais do entrevistado do que através de qualquer outra modalidade do espaço biográfico. A entrevista também possui alguns marcos que balizam sua lógica narrativa, atingindo a condição de biografema², como a infância, a vocação e o “ser comum”.

Nessa entrevista não se ouve a rememoração da infância. Tampouco em sua segunda entrevista concedida à Flávio Saes e publicada na revista *Economia Aplicada* em 1997 (CANABRAVA, 1997). Em relação à primeira, uma hipótese aventada para tal ausência pode ser encontrada no fato de que a mesma se insere em um projeto que se propõe a tomar o depoimento daqueles que mais contribuíram para a área de estudos brasileiros. Assim, Alice dificilmente poderia esboçar algo sobre sua vida privada,

² O biografema, formulação de Roland Barthes, pode ser compreendido como a menor unidade que possibilita o discurso biográfico (DOSSE, 2009, p. 306-314).



afinal sua fala deveria demonstrar seu mérito em ser considerada, ao lado de Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre etc, uma intelectual. Este lócus discursivo me faz evocar Michel de Certeau ao pensar o condicionamento do discurso às condições institucionais de onde o historiador o emite (CERTEAU, 2011). Já aí um desvio, uma diferença a inventariar, uma singularidade: Alice é a única mulher.

Michel de Certeau no texto de abertura de “História e Psicanálise” sugere a necessidade de historicizar a própria historiografia e o sujeito historiador. “Interrogar o sujeito do saber é, igualmente, ter de pensar o tempo, se é verdade que, por um lado, o sujeito organiza-se como uma estratificação de tempos heterogêneos e, por outro, seja mulher, negro ou basco, ele é estruturado por sua relação com o outro” (CERTEAU, 2012, p. 67). Daí decorre a importância de se tomar Alice Canabrava em relação ao outro. No que diz respeito à entrevista publicada em 1997 desconheço as perguntas efetuadas por Flávio Saes. Quanto à ausência do recurso à infância, posso apenas conjecturar. Uma hipótese a considerar é que a natureza da publicação, um periódico de economia vinculado à FEA/USP e o lugar da entrevista na mesma, ou seja, em seção sobre experiências de pesquisa, tenha obliterado ou até mesmo não estimulado tal recurso.

Em outro lugar de fala, em depoimento concedido em sessão especial organizada pelo Centro de Estudos Rurais e Urbanos da USP (CERU), sob os auspícios de Eva Alterman Blay e Alice Beatriz da Silva Gordo Lang, durante a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em julho de 1984, Alice tece um fio narrativo que se estende da infância até o derradeiro concurso para a cadeira de História da Civilização Americana de 1946 na *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo* (FFCL/USP), no qual, mesmo obtendo as maiores notas, foi preterida (ERBERELI JÚNIOR, 2016). Esse projeto consistia em recolher o depoimento das primeiras mulheres que frequentaram a FFCL e que se tornaram professoras da USP. Entre as depoentes, além de Canabrava, estão: Gilda de Mello e Souza, Jandyra França Barzaghi, Olga Pantaleão, Maria Conceição Vicente de Carvalho e como contraponto: Veronica Rapp de Eston, da *Faculdade de Medicina*.

Alice agora está entre seus pares, entre mulheres, como ela, distinguidas enquanto pioneiras em um momento em que a inserção da mulher na cátedra era dificultada por uma cultura acadêmica misógina. Aqui, o recurso à infância explica o caminho até o concurso de 1946.

Havia crescido sem medo. Sentia-me forte, afeita à luta, e tinha a impressão de que, em toda a minha infância e juventude, havia-me preparado, psiquicamente, para o momento. Surpreendi-me, passada a tempestade, quando me vieram falar, com



admiração, sobre o que chamavam “minha fibra”. Nada mais estranho a mim do que o desempenho do papel de heroína. Avançava tranquila no exercício do que considerava um direito. Na infância havia sido uma criança destemida, travessa, transbordante de energia e saúde. Pouco afeta às bonecas, estas se circunscreveram à fase pré-escolar. Depois, as horas que não pertenciam ao grupo escolar e ao estudo, atenta e espontaneamente cumpridas, enchiam-se com as correrias pelas ruas ermas da minha cidade [...] (CANABRAVA, 2004, p. 100).

A explicação para o enfrentamento das condições adversas do concurso se inicia pelo recurso à infância. A imagem descrita por Alice é de uma criança singular, até mesmo masculinizada, tática discursiva interessante quando se tem que concorrer com homens e provar ser tão competente quanto eles (ERBERELI JÚNIOR, 2021).

Outro biografema presente em entrevistas e também em depoimentos é a vocação. Alice concede seu depoimento enquanto mulher e acadêmica. Trata-se de uma das características apontadas por Popkin (2005) em relação as autobiografias escritas por historiadores: reflete uma experiência de grupo. No caso de Canabrava, também uma experiência de gênero à medida que retrata os obstáculos enfrentados pelas mulheres no alvorecer da vida acadêmica no Brasil. Ademais, nota-se a ancoragem social desta memória voluntária uma vez que a historiadora está entre as mulheres incluídas enquanto pioneiras da USP, ou seja, aquelas que, em um momento de pequena inserção da mulher na academia, conseguiram alcançar o topo da carreira acadêmica ou ainda as memórias compartilhadas com seu amigo Francisco Iglésias (SANTOS, 2017) a partir da pertença à comunidade de historiadores.

No caso de Alice Canabrava não encontrei rememorações ao ambiente familiar que invocassem a presença de livros, o estímulo a viagens como atividade cultural e à uma vida cultural. Ela rememora que, como Popkin (2005) aponta para várias mulheres que encontraram apoio familiar em um momento em que enfrentavam barreiras sociais à inserção educacional, seus pais sempre a estimularam ao trabalho e demarcaram a inexistência de diferenças entre homens e mulheres no que tange às aptidões intelectuais (CANABRAVA, 2004, p. 100-101).

Alice também demarca uma singularidade: saía e viajava sozinha em um período em que as mulheres não eram, como se diz, “bem-vistas” desacompanhadas por alguém do sexo masculino. Para além das características autobiográficas descritas por Canabrava, causa-me estranhamento a referência a seu pai como homem culto. Sei, por meio do relato de Lúcia Marsiglio Carvalho, sua sobrinha-neta, que a historiadora assim como Clementina Canabrava, sua irmã, eram filhas de um fazendeiro que não reconheceu a paternidade de ambas. Por que então adotar essa tática narrativa e autobiográfica? Não se deve esquecer que seu depoimento foi tomado ao lado de outras mulheres, todas provenientes da



classe média paulista/paulistana, como Gilda de Mello e Souza, e capitalizadas social e culturalmente. Assim, publicamente uma professora universitária e emérita não poderia narrar a si mesma como filha bastarda (ERBERELI JÚNIOR, 2021).

Ao analisar autobiografias de mulheres judias Popkin (2005) encontra similaridades entre essas e mulheres de outras etnias, demarcando as dificuldades de gênero enfrentadas entre 1945 e 1970. Dentre elas, menciona as trajetórias de Natalie Zemon Davies e da australiana Jill Ker Conway. A primeira rememora que até mesmo entre professoras encontrou a oposição entre ter filhos e seguir uma carreira profissional e que o estímulo à mesma se restringia à graduação. Conway lembra que para obter reconhecimento o trabalho da mulher deveria apresentar um desafio teórico e ser uma pesquisa mais brilhante que a dos homens (POPKIN, 2005, p. 146-148). Quando se compara esses relatos com a trajetória de Alice Canabrava tem-se algumas similaridades, como não ter se casado para se dedicar plenamente à carreira e sua escolha, na *Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas* da USP (FCEA/USP), pelos estudos em história quantitativa. Vejo nessa escolha, um método proveniente das *hard sciences*, uma tática para atestar sua competência intelectual junto aos seus pares masculinos.

Um dos tópicos importantes para Popkin (2005) e que poucos historiadores abordaram em suas memórias trata-se de como se deu a escolha por um campo específico de trabalho. Esse não é o caso de Alice. Na entrevista de 1997 ela atribui seu interesse pela história econômica à Braudel (CANABRAVA, 1997, p. 157).

Outro ponto do fio narrativo construído pela historiadora nas duas entrevistas e no depoimento é a descrição de uma mulher aguerrida, dedicada à pesquisa e que enfrenta as hostilidades de gênero. Na entrevista ao MIS/SP Alice rememora as relações de sociabilidade até o concurso de 1946:

[...] a guerra até eu chegar à 46 foi uma guerra desenfreada e que lançaram dos argumentos e dos atos mesquinhos e que se eu acho que se não tivesse trabalhado intensamente, enormemente, se não tivesse uma saúde magnífica, e não tivesse coragem e força, eu não teria afrontado, porque foi uma afronta de uma criatura contra a maioria, contra a maioria, que eram todos contrários a presença de uma mulher numa cátedra (CANABRAVA, 1981).

Após sua ida à FCEA/USP as barreiras que se punham eram de outra natureza e Canabrava mobiliza, novamente, o recurso à imagem da mulher aguerrida. (CANABRAVA, 1981).

Em seu depoimento, ao narrar as condições que a conduziram ao concurso de 1946, mais uma vez tem-se a imagem da mulher “guerreira”. “Sem dúvida, a resistência do meio que sentia crescer e o



desafio à adversidade constituíram-se em estímulos para enfrentar a luta” (CANABRAVA, 2004, p. 99). Esse fato também é rememorado em sua entrevista à Flávio Saes (CANABRAVA, 1997, p. 162).

Além dos biografemas, que estabelecem pontos de seu fio narrativo autobiográfico, quais outras características de sua personalidade e do exercício de seu ofício Alice quer transmitir através das duas entrevistas e do depoimento? Na entrevista ao MIS/SP ela se insinua como professora próxima dos alunos. Essa proximidade é atribuída às posturas de Fernand Braudel e de Pierre Monbeig, pois ambos são rememorados como professores que se aproximavam dos alunos, que falavam com os alunos (CANABRAVA, 1981). Por suas viagens pelo Brasil, Canabrava se coloca como conhecedora das condições de ensino e pesquisa (CANABRAVA, 1981).

Ainda na seara do ensino e da pesquisa, Alice é formadora de grupo de pesquisa em história econômica; único estabelecido em Faculdade de Economia que empreende pesquisas a partir de “fontes primárias”. “Eu acho que eu vou pecar pela modéstia dizendo ao professor Oracy e aos presentes nesse depoimento, que a Faculdade de Economia tem o único grupo de historiadores da Economia [...] no Brasil” (CANABRAVA, 1981). Ao rememorar sua trajetória na APUH/ANPUH a historiadora quer se identificar com uma ala da associação que democratiza a mesma e facilita a participação de professores de todos os níveis na apresentação de trabalhos (CANABRAVA, 1981). Professora próxima aos alunos; exímia pesquisadora; pioneira em história econômica; perfil democrático; mulher que vence hostilidades... Poderia ela ensaiar outra memória de si? Está com 69 anos e é consagrada professora catedrática com 30 anos de exercício junto à cadeira de História Econômica da atual *Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade* (FEA).

O último momento público em que se pode ouvir Alice Canabrava é 1997, com 86 anos de idade. Não está entre professores do sexo masculino; não figura entre os intelectuais do projeto estudos brasileiros; não está entre seus pares femininos, as pioneiras... Está diante de seu mais dileto orientando, Flávio Saes, que na entrevista de 1981 foi referido por ela como a maior esperança para a continuação da área de história econômica na FEA. Esta entrevista, assim como o depoimento, também sofreu sob o império da escrita, que exclui e marginaliza aquilo que não quer fazer ver e/ou ouvir (CERTEAU, 2011). Quem é Alice Canabrava avançada em anos? Como quer ser lembrada? Braudel e Monbeig são presenças. Ao primeiro ela atribui seu gosto pela história econômica e seus esquemas de aula em três tópicos, no máximo quatro; Taunay e Ayrosa aparecem como professores antiquados; seu legado é relacionado ao grupo de pesquisa em história econômica da FEA e suas pesquisas em história



quantitativa, pioneiras (CANABRAVA, 1997). Nenhum dado sobre a vida privada, talvez pelas perguntas formuladas por Flávio Saes, que desconheço.

É possível responder quem é Alice Canabrava a partir de cada uma destas falas e escritos?³ Há rachaduras em seu empenho memorialístico. Exatamente nisto reside a riqueza do sujeito inventado pelo historiador (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 31). Destaco uma em relação aos obstáculos de gênero na FEA. Na primeira entrevista, ao mesmo tempo em que a FEA é exaltada, demarca os problemas enfrentados quando foi diretora e que a teriam feito desistir de qualquer cargo administrativo futuro. No depoimento, assim como na segunda entrevista, a FEA é exaltada.

Alice através do *próximo*

Uma das constantes na troca epistolar entre Alice e Francisco Iglésias é a cobrança em relação à demora na resposta, afinal, uma das condições de possibilidade do diálogo epistolar, ou contrato epistolar, é a garantia da resposta e a regularidade da troca (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 126-127). Esse pacto epistolar também pode ser definido através de uma relação de sociabilidade marcada pela intimidade (GOMES, 2004, p. 19).

Logo no início da relação epistolar Alice Canabrava não tergiversa e expõe seu desconforto em relação ao silêncio do novo missivista. “Meu pensamento nestes últimos tempos tem voado muitas vezes para Belo Horizonte e procurado devassar o grande silêncio que você fez, depois do seu cartão vindo de Congonhas do Campo” (CANABRAVA, 14 jun. 1954). A postura epistolar de Iglésias, decorridos mais de duas décadas de amizade, não é diferente diante do silêncio de Canabrava e de sua falta de resposta ao convite para publicar uma reunião de estudos na Coleção Estudos Brasileiros da editora Nova Fronteira da qual foi designado diretor: “V. não respondeu, eu fiquei no ar” (IGLÉSIAS, 31 jan. 1978). Diante dessas demandas pela presença epistolar há escusas pela demora na escrita: “Desde que cheguei de SP que estou para escrever-lhe, mas fui adiando” (IGLÉSIAS, 20 jun. 1966). E promessas de escrita: “Recebi suas cartas. Nos primeiros dias de março lhe escreverei longamente” (CANABRAVA, 17 fev. 1956).

Além da demanda em relação à regularidade da correspondência – que está implicada em um espaço-tempo particular da troca epistolar, ou seja, o remetente deve ter em perspectiva que escreve

³ As duas entrevistas e o depoimento foram mobilizados a partir da teoria e da crítica feminista com atenção às performances corporais de Alice na invenção do historiador ideal (CAIXETA, 2023).



para o futuro, que seu destinatário receberá sua carta no futuro e este último deve ter consciência de que as notícias, afetos etc que recebe pertencem ao passado – há também a cobrança por visitas. Porém, apenas da parte de Alice. Dessa forma, busca romper com a condição de possibilidade da carta, qual seja, a ausência.

Veja como sou ingênuo: fiquei pensando que, transitando por S. Paulo, a caminho de Marília, você não deixaria de vir dar uma prozinha comigo como prometera, num momento de distração em Franca. Soube que V. andou circulando por aqui, esteve na casa de Fulano e de Beltrano... Mas eu não estava na sua agenda. (CANABRAVA, 01 mai. 1966).

O período em que encontrei esse tema nas cartas de Canabrava à Iglésias se estende de 1953, quando iniciam sua correspondência por carta, até 1982. Qual a razão para que ela necessite mais da presença de Iglésias para além daquela ilusão de presença forjada pela carta? A carta possui uma característica paradoxal: ao mesmo tempo em que quem escreve geralmente é porque está só, ela também mantém essa solidão⁴. Assim, Iglésias, por sua anunciada timidez, evitaria contato tete-a-tete. Ou, simplesmente, como afirmado por Alice no excerto de carta acima, o historiador tivesse outras sociabilidades a privilegiar naqueles momentos.

Essas cobranças e manifestações de afeto somente são possíveis em um contexto de trocas em que a amizade define a relação⁵. Em resposta da historiadora à carta de Iglésias na qual esse último se mostra bastante sensível à crítica de seu trabalho pela amiga, essa agradece à confiança e afirma estar

[...] muitíssima comovida com sua carta que é, em essência, uma prova de quanto acredita em mim, do quanto confia em mim, do quanto mereço de você, e de quanto, todo este tesouro o levou a dizer-me espontaneamente o que sentia, sem reticências nem formalismos. Digo-lhe de novo: estou comovidíssima (CANABRAVA, 17 jun. 1967).

⁴ Venâncio, a partir da correspondência trocada entre Monteiro Lobato e Oliveira Vianna, destaca um aspecto peculiar da sociabilidade de Vianna: alguém isolado, porém que recorria à correspondência para se inserir nas redes intelectuais de seu tempo. Exemplo dessa peculiaridade é o fato de que Lobato e ele nunca se conheceram pessoalmente (VENÂNCIO, 2004, p. 111-137).

⁵ A partir da tipologia construída por Michel Trebitsch pode-se afirmar que o tipo de correspondência que define a relação entre Alice e Iglésias é a “amizade epistolar”, uma vez que, além da troca de ideias e favores, há evocação intensa de sentimentos (TREBITSCH, 1992). O primeiro tipo de correspondência sugerido pelo autor diz respeito à troca epistolar que permite traçar as redes de sociabilidade de um grupo. A própria amizade torna-se tópica da carta pelo fortalecimento da relação. “Quando uma amizade se fortalece com a regularidade da troca de cartas, torna-se ela própria um dos temas da correspondência. O ritmo desta, a importância que se lhe atribuirá, os assuntos que abordará são objeto de um pacto mais ou menos tácito” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 125).



Ainda na mesma carta, Alice pede para que o amigo sinta o “incidente” como elemento fortalecedor da amizade e que contribui para aumentar o mútuo conhecimento e ressalta uma importante característica definidora de sua concepção de amizade: a confiança.

O fato de que o tenha decepcionado, peço-lhe que o considere apenas episódico, sem significação maior para a estima que há tanto tempo nos une. Ela é feita de tantos elos comuns, de muito idealismo recíproco, de um grande lastro de confiança mutua. É tão difícil a gente poder sempre pensar em voz alta, com respeito a um amigo, como penso em você. Peço-lhe que considere o incidente apenas como uma experiência que nos levou a nos conhecermos melhor (CANABRAVA, 17 jun. 1967).

Francisco Iglésias foi convidado para apresentar trabalho sobre a “Natureza e ideologia do colonialismo no século XIX” no IV Simpósio da APUH ocorrido em Porto Alegre/RS em 1967. Em carta de 25 de março de 1967, Iglésias relata à Canabrava uma série de preocupações em relação a seu texto, principalmente por conta da grande envergadura do tema e solicita a opinião da amiga. “Tinha intenção de ir na Semana Santa a São Paulo, depois não pude: se tivesse ido, levava o texto para V. ver, que ando um pouco angustiado com ele. Para que tenha uma ideia do que fiz, vou dar a síntese, com os subtítulos que apresenta” (IGLÉSIAS, 25 mar. 1967). Após comentar que não respondeu sua carta de 11 de fevereiro pelo fato de que ficou sabendo pelo “Dr. Sérgio” que viria na Semana Santa, Alice Canabrava reforça o substrato de sua concepção de amizade.

Você me comove profundamente com a sua confiança, antecipando para mim o seu esquema e falando-me de suas atividades e de seus temores. Dói-me a sua angustia, tanto mais que eu a creio em grande parte infundada, resultante em grande parte de seu grande sentido de responsabilidade (CANABRAVA, 02 abr. 1967).

Após receber e analisar o texto enviado por Iglésias, a historiadora estabelece outra qualidade para esse *ethos* da amizade: a sinceridade. “Pode ficar tranqüilo, não estou fazendo concessões em nome da nossa amizade, mas sendo sincera, que é a única atitude para com um amigo” (CANABRAVA, 17 jun. 1967).

Na correspondência entre ambos, tornou-se prática o envio de textos de Iglésias para avaliação de Alice. Em 4 de março de 1982, afirmando tratar-se de “bilhete”, Iglésias envia texto que irá apresentar no CNPq sobre a situação da história no Brasil. “Pediria a V. o favor de lê-lo, com as sugestões que tem a dar, para possível acréscimo, ou corte” (IGLÉSIAS, 04 mar. 1982). Em pronta resposta, Canabrava afirma que

Li de um só folego o seu trabalho e gostei muito, e agradeço-lhe a confiança em tê-lo enviado a mim e pedir minha opinião. Apreciei enormemente o seu estilo limpo, fluente, agradável, a dizer coisas muito importantes de modo simples e claro. Achei excelente a síntese, que não é muito fácil (CANABRAVA, 10 mar. 1982).



A historiadora reitera a confiança como elemento básico da relação de amizade e destaca a síntese como qualidade na escrita do amigo. Por vezes, ela dá sua impressão sobre o trabalho de Iglésias mesmo sem sua solicitação, o que pode ser tomado como característica de uma amizade aprofundada e fundada em íntimos afetos. Alice Canabrava, ao ler o artigo de Iglésias “Nova versão da história do Brasil” publicado no suplemento literário de *O Estado de S. Paulo*, afirma que

Gosto sempre do que V. escreve, o estilo ameno, e a capacidade de captar o que de fato é essencial. Mas além disso, o que caracteriza sempre seus trabalhos e me parece extremamente enriquecedor é a larga perspectiva na qual coloca o assunto, o que só é possível a alguém que muito leu e muito assimilou. O artigo é um modelo no gênero (CANABRAVA, 21 mai. 1985).

Mais uma vez destaca como característica da escrita de Iglésias e como sua maior qualidade a síntese. Este vai e vem de impressões e avaliações historiográficas permite que o próximo tenha um tipo de troca intelectual diferenciada das trocas públicas em seminários e congressos, por exemplo, uma vez que, no caso de Alice, a sinceridade seria o crivo dessa troca. Assim, pode-se perceber nessas trocas entre ambos uma relação de amizade que implica em um “método de trabalho historiográfico”, como sugerido por Albuquerque Júnior (2007) para outro caso.

Mesmo pautada na confiança e na sinceridade, as fissuras típicas a qualquer relação de amizade apresentam, nesse caso, um trânsito de afetos duplo. Alice se decepciona, uma vez que a expectativa que retroalimenta essa amizade, a confiança, é quebrada no momento em que a notícia de que Iglésias não iria assumir a cadeira de História da Civilização Brasileira da FFCL/USP, por conta da aposentadoria de Sérgio Buarque de Holanda, não provém do amigo.

Não me leve a mal falar-lhe com franqueza sobre o que me pareceu quebra sua em relação à amizade e admiração pessoal que tenho para com você. Minha sensibilidade e lealdade para com você me impelem a isso. Mas quero esclarecer bem: fiquei sentida por não ter comunicado a mim a sua decisão. O fato de ter mudado de ideia e as razões que o levaram a essa atitude são assunto seu. Não peço para me responder, mas espero o seu cartão de natal que me prometeu (CANABRAVA, 11 dez. 1966).

Alice parece mais à vontade para expressar seus afetos por carta do que pessoalmente, o que me colocou diante da seguinte questão: “[...] o que se diz numa correspondência e o que não se poderia dizer em outro lugar?” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 13). Nesse caso, a mágoa encontra lugar de expressão através da carta.

Que aconteceu? Não consegui entender a sua atitude na quarta feira, monossilábico ou calado, a olhar deliberadamente para frente ou para o lado, ao almoço, deixando-me sem resposta quando me dirigia a V. Uma agressividade velada, ou pelo menos



no limite dela, que me pareceu muito estranha. Fiquei desolada (CANABRAVA, 10 fev. 1985).

A demonstração de amizade de Canabrava por Iglésias passava pela dedicatória de livros. Em carta de 16 de janeiro de 1984, Iglésias comenta que, ao chegar do Rio de Janeiro, se deparou com a missiva da amiga que o encheu de alegria. Ademais, afirma que ficou satisfeita em saber que ela prepara o prefácio de “Licenças para as Minas” e que dedicará o livro ao amigo. “Muito obrigado, Alice. Esta homenagem está entre as mais altas que já recebi; devo mesmo dizer que é a mais alta, pois nosso convívio não foi amplo. Em algumas conversas e muitas cartas estabelecemos amizade que está entre o que tenho de mais precioso” (IGLÉSIAS, 16 jan. 1984). Outro selo de amizade pública está na orelha do livro “O Comércio português no Rio da Prata (1580-1640)” (CANABRAVA, 1984) escrita por Iglésias. “E devo também lhe falar da orelha, que também é obra sua, tanto trabalho e generosidade para com esta sua amiga!” (CANABRAVA, 01 jul. 1984).

Além da Alice enquanto amiga forjada na relação com esse próximo, Iglésias constrói uma imagem de Alice historiadora. Esta imagem de si pelo próximo se constrói através da avaliação da produção historiográfica da amiga somada à um horizonte de expectativas de outra produção em espera. Em carta de 28 de junho de 1960, Francisco Iglésias, após comentar que está terminando a leitura do primeiro volume da “História Geral da Civilização Brasileira” e que a mesma estaria aquém da monumental edição francesa, afirma que espera que o segundo volume tenha mais qualidade. “Ele terá, estou certo, pois há, entre outras, colaboração sua (não há?)” (IGLÉSIAS, 28 jun. 1960)⁶. Uma década depois, Iglésias comenta que irá ler o segundo texto da historiadora publicado na “História Geral da Civilização Brasileira” (CANABRAVA, 1971) e, diante dos trabalhos anunciados por ela – seus trabalhos nos quais mobiliza o aparato metodológico da história quantitativa – sugere que a amiga publique estes estudos em livro.

Acho que V. devia reunir o que escreveu aí e mais os dois estudos a que fez referência – feitos para o IPE – e fazer um livro. Há muito não aparece nada de valor excepcional. O seu deve ser. Longe da historiografia rançosa e convencional, que cada dia se torna mais volumosa, e de certa sofisticação de cientista social que não conduz a grande coisa – a sofisticação pela sofisticação, o gosto do numero, de gráfico, de variáveis, de funções, que se esgotam em si mesmos, não são feitos para expressar uma realidade viva, mas para provar que o autor é moderno e cientista.

⁶ Esta não é a única vez em que Francisco Iglésias comenta uma obra com Alice. Nessa troca epistolar encontra-se toda uma biblioteca lida e comentada pelos missivistas. A partir da correspondência trocada entre Gilberto Freyre e Oliveira Lima, Angela de Castro Gomes traça uma rede de relações intelectuais e práticas de leitura que permitem vislumbrar uma biblioteca comum (GOMES, 2004a, p. 51-75).



Enfim, assunto de conversa, não de carta. Quero só dizer-lhe que urge a publicação de seu livro (IGLÉSIAS, 24 mar. 1972).

No excerto acima, Iglésias erige a produção historiográfica de Alice Piffer Canabrava à um lugar de distinção: distante de uma produção vinculada às ciências sociais, em particular à economia e aos modelos econométricos de alta sofisticação e de uma historiografia tradicional. Se Canabrava, como se viu, expressava seus afetos em relação à espera de cartas de Iglésias, aqui temos o caso de uma espera intelectual. “Aguardo com ansiedade o seu livro: que será, como já disse, uma obra nova, revolucionária na historiografia brasileira: não o simples modismo, a adoção infantil de novas técnicas, mas sua absorção a serviço de um verdadeiro saber” (IGLÉSIAS, 18 ago. 1974). Para Iglésias, Alice seria capaz de revolucionar a historiografia brasileira ao adotar a história quantitativa, não como “modismo”, mas sim como técnica que permite esclarecer problema histórico.

Espero que V. tenha avançado no livro que promete, espero que o publique em 75. Sei que vai ser um marco na bibliografia, que é a primeira vez que alguém usa metodologia sofisticada com bom conhecimento de História e para esclarecer de fato problema de História. Não o deixe de lado Alice. Só V. pode dar esse passo na bibliografia nativa (IGLÉSIAS, 24 mar. 1972).

Após se queixar de que a amiga não tem escrito e que soube, através de José Francisco de Camargo⁷, que suas pesquisas vão a todo vapor com passagens pelo Rio de Janeiro e pela Bahia, afirma:

Fico feliz, pois vejo que seus planos de trabalho prosseguem em ritmo acelerado. Já estou vendo a próxima publicação do seu esperado livro. Torço para que tal aconteça, de modo a sacudir esse marasmo que é a chamada historiografia brasileira, que se compraz em fazer estudos sobre si mesma, em levantamentos de problemas, em questões de método, sem outras realizações. [...] Estou ansioso pelos seus escritos, Alice: enquanto os novos críticos, que se supõe descobridores do mundo, se consomem em pregações ou obras menores, V. no silêncio e sem anunciar que vai fundar a historiografia brasileira produz em nível em que eles não se colocarão jamais (IGLÉSIAS, 23 mar. 1975).

A espera de Iglésias continuará, passando por 1978, 1980 e 1987, em uma história intelectual da espera⁸ marcada pela não realização de um projeto.

⁷ As cartas trocadas entre os missivistas também permitiram traçar uma rede de sociabilidades. Vários intelectuais, como Sérgio Buarque de Holanda e Barradas de Carvalho, por exemplo, são assunto de várias cartas. Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Valdei Lopes de Araújo analisaram as redes intelectuais formadas entre John Casper Branner e intelectuais brasileiros (ARAÚJO; GUIMARÃES, 2004, p. 93-109).

⁸ Laurent Vidal reflete sobre as implicações temporais e espaciais do deslocamento de uma fortaleza militar, Mazagão, fundada por portugueses no século XVI no Marrocos. Em 1769 a cidade e seus 2 mil habitantes estão cercados por mais de 120 mil soldados mouros. Portugal desloca a cidade para Lisboa e, após seis meses, para Belém, na Amazônia. Foi necessário ainda uma longa espera para que Mazagão Novo fosse instalada. O autor formula a noção de uma história social da espera para refletir acerca dos significados dos movimentos, expectativas e esperas sobre determinada comunidade (VIDAL, 2008).



[...] Espero agora, para quando puder, o novo livro com a reunião de seus últimos estudos. Acho que fica bem, aí, o que já publicou na História, sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda. Seus textos são sempre bons, o que apareceu aí é de magnífica qualidade. Quanto ao códice sobre as entradas nas Minas, a que V. se refere, fico entusiasmado com a matéria: umas duzentas páginas, V. diz, com introdução de sua autoria. Quem sabe pode publicar na “Revista do Arquivo Público Mineiro”? A Revista reapareceu, já publicou quatro números. Com esse material talvez se possa organizar um volume. Que tal lhe parece? Pense no assunto (IGLÉSIAS, 26 abr. 1978).

Em carta de 25 de janeiro de 1980, o amigo apressa Alice. “Fale-me de V.. Em que pé está seu livro? Publique logo, será um marco na bibliografia” (IGLÉSIAS, 25 jan. 1980). Sete anos depois Iglésias ainda espera a reunião em livro dos estudos de Canabrava sobre a economia de São Paulo. “Como andam seus trabalhos? Em que pé está o livro sobre São Paulo do século XVII? Desconfio que pronto, esperando só um arranjo final. Por que ainda não o fez?” (IGLÉSIAS, 21 jun. 1987).

A espera de Iglésias se torna pública na orelha do livro que resultou da publicação da tese de doutoramento da historiadora em livro. Após demarcar a qualidade de sua produção de estreia e posterior como sinal dos dotes de um “autêntico” historiador, Iglésias anuncia uma produção em espera. “Deve aparecer em breve um livro que aproveita amplas pesquisas, com esmerada técnica de elaboração. Será um dos títulos mais notáveis da historiografia econômica, que tem em Alice Canabrava um de seus maiores nomes” (IGLÉSIAS, 1984).

Tanto o livro reunindo os dois textos publicados na “História Geral da Civilização Brasileira” e os estudos sobre as formas da riqueza em São Paulo com o apoio na história quantitativa quanto o códice sobre as entradas na Minas nunca foram publicados. Ao se somar a esses o livro “Licenças para as Minas” referido acima, são três projetos intelectuais em espera e não concluídos. Penso aqui em uma história intelectual da espera que inventariasse todo o vai e vem de elaboração de um texto até sua publicação ou malogro, considerando problemas metodológicos, de acesso a fontes, à editores etc⁹.

Em nenhum momento a espera de Iglésias se transformou em outro sentimento e significado que não o da historiadora que poderia dar um salto qualitativo na historiografia brasileira. Alice se reconhecia nessa imagem forjada por Iglésias e se colocava como uma intérprete do Brasil ao lado de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre¹⁰.

Agradeço-lhe também a ideia de escrever um artigo sobre meus trabalhos. Barradas de Carvalho falou-me mais de uma vez que tinha em mente escrever um ensaio sobre

⁹ Em pesquisas futuras pretendo desenvolver essa noção.

¹⁰ Ver: ERBERELI JÚNIOR; GLEZER, 2023.

Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e eu. Dizia-me que era questão de dispor de tempo, porque já tinha pensado o que iria escrever (CANABRAVA, 31 dez. 1981).

As trocas epistolares entre Alice Canabrava e esse próximo, Francisco Iglesias, trazem uma construção de Alice como amiga em um *ethos* que privilegia a confiança e a sinceridade na troca de afetos. Há também uma dimensão nas trocas intelectuais entre ambos que eleva Canabrava à um grau superior, tanto na avaliação dos textos do amigo quanto na imagem da historiadora que revolucionaria a historiografia brasileira.

As representações de Alice

Nesse item percorrerei as representações forjadas de Alice desde seu falecimento a partir da sugestão de que “[...] convém então interrogar todos os traços de memória que fazem uso dessa figura, tanto no plano discursivo como no da imagem” (DOSSE, 2009, p. 346). Por questões de espaço exporei apenas as representações formuladas por seu ex-orientando Flávio Saes (2005) e por José Jobson de Andrade Arruda (2011); que se opõe. As formuladas por Ribeiro (2017) e Saes (2017) corroboram Saes (2005).

A publicação de “História econômica: estudos e pesquisas” em 2005, dois anos após a morte da historiadora, constrói uma determinada memória sobre a mesma. Organizado por seu ex-orientando e professor da FEA/USP, Flávio Saes, o livro conta com “introdução”, “bibliografia de Alice Piffer Canabrava”, transcrição do depoimento concedido em 1984 “O caminho percorrido” (CANABRAVA, 2005) e “textos de Alice Piffer Canabrava”. Flávio divide a introdução em duas partes: uma trata da biografia intelectual e pessoal de Alice e a outra de suas pesquisas. Para Saes (2005), a obra de Canabrava é reflexo de sua personalidade, em uma concepção biográfica em que a obra é explicada pela vida (DOSSE, 2009, p. 81).

O pioneirismo da obra de Alice P. Canabrava no campo da História Econômica é o reflexo de sua personalidade: incapaz de se acomodar a situações fáceis, jamais poupar esforços quando se tratava de alcançar objetivos determinados. Por isso, sua biografia pessoal mostra trajetória profissional que poucas mulheres, à sua época, puderam percorrer e sua obra apresenta caráter pioneiro diante da produção historiográfica coetânea (SAES, 2005, p. 8).

A não acomodação da historiadora, em seguida, é explicada através de uma breve síntese de sua trajetória contida em “O caminho percorrido” (CANABRAVA, 2005). Flávio descreve seus primeiros estudos ainda em Araras/SP, a ida para São Paulo para cursar a Escola Normal, o retorno à



Araras para lecionar no ensino primário e o fator da não acomodação: seu retorno à São Paulo para cursar Geografia e História na recém-criada FFCL/USP. Nesse ambiente, afirma que Alice Canabrava se singularizava pela dedicação aos estudos e se situava acima da média dos alunos. Ao término do curso ela ingressa no corpo docente da Faculdade e produz duas teses: a de doutoramento sobre o comércio português no Rio da Prata e a de livre-docência sobre a indústria do açúcar no mar das Antilhas, prefaciadas e resenhadas por seus “mestres”.

Flávio Saes continua construindo a trajetória de sua orientadora, afirmando que, após uma breve passagem pelo Instituto de Administração da antiga FCEA/USP, torna-se catedrática de História Econômica dessa Faculdade, com tese sobre a produção do algodão em São Paulo (CANABRAVA, 2011), silenciando acerca das circunstâncias que a conduziram a obtenção do título de livre-docente. Nesta Faculdade assumiu a condição de liderança na área, formando a tão referida “equipe de história”. “[...] ela criou [...] uma “escola” de pesquisa em História Econômica que, consolidada pelos estudos que realizou tem amplitude crescente pela multiplicação de trabalhos de seus assistentes e orientandos” (SAES, 2005, p. 10).

A historiadora ainda é rememorada por Saes como aquela que dirigiu a instituição entre 1954 e 1957, aposentando-se em 1981 e recebendo o título de professora emérita em 1987. Flávio também lembra a atuação de Alice na criação da APUH, seus vários anos de secretariado, sua presidência e criação da *Revista Brasileira de História* (RBH).

Ao analisar as três teses de Alice Canabrava Flávio enxerga uma unidade quanto à preocupação central. No caso de “O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)”, ao mostrar os caminhos que conduziram à penetração portuguesa no escoamento da prata de Potosí até Buenos Aires, a autora demonstraria os fundamentos para a independência da Argentina no século XIX (CANABRAVA, 1944). Tratando de “A indústria do Açúcar nas ilhas inglesas e francesas do mar das Antilhas (1697-1735)”, ao analisar as condições de produção do açúcar nessa região e compará-las com a brasileira, Canabrava teria demonstrado como os movimentos de independência ocorreram primeiro no Brasil do que naquela região, uma vez que os senhores de engenho das Antilhas eram absenteístas residentes na metrópole (CANABRAVA, 1981a). Em “O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)”, mesmo não tratando diretamente do período colonial, Saes destaca que, reconhecendo o condicionamento da produção do algodão ao mercado externo, a historiadora demonstra que a posterior queda nas exportações, devido à concorrência externa, se deu pelas baixas condições técnicas dos produtores (CANABRAVA, 2011). Dessa forma, aproxima a temática de fundo



dessas três teses à produção de autores com as mesmas preocupações, como Roberto Simonsen e Caio Prado Júnior, demarcando que a singularidade da autora se encontra no método empregado e na mobilização de “fontes primárias”.

Ao mencionar a resenha de Fernand Braudel de sua tese de doutoramento (BRAUDEL, 1948), Flávio adota estratégia discursiva que a identifica à escola dos *Annales*. Para ele, trata-se de uma escola formada em oposição à “velha história positivista”, que se caracterizaria por privilegiar uma história factual dos grandes homens agentes da história. Para Saes, os *Annales*, por seu turno, seria uma escola que enfatiza o diálogo com as ciências sociais e que, por isso, apresentaria métodos e objetos de estudo diferenciados. Os objetos privilegiados não são os grandes homens, mas sim as massas anônimas e seus fatos, como os grandes movimentos populacionais, de mercadorias, da produção, dos preços etc. Outro elemento da “escola”, destacado por Flávio, diz respeito ao “enquadramento geográfico”. Segundo ele, os problemas históricos deveriam ser tratados em sua relação com o meio ambiente.

O leitor não terá dificuldade em identificar, na obra de Alice P. Canabrava, os princípios metodológicos da Escola dos *Annales*, esquematicamente traçados acima. Aí está o elemento que distingue a obra de Alice P. Canabrava dos demais trabalhos de História Econômica produzidos à época. Pode-se mesmo dizer que seus estudos tornam-se “modelos” para muitas teses de História Econômica elaboradas no âmbito da Universidade (SAES, 2005, p. 14).

Para Flávio, os mesmos princípios metodológicos e a preocupação com as mudanças da economia colonial estão presentes em sua produção posterior, principalmente na introdução ao livro de Antonil, “Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas” (CANABRAVA, 1967), e nos dois capítulos de “História Geral da Civilização Brasileira” de sua autoria: “A grande propriedade rural” (CANABRAVA, 1960) e “A grande lavoura” (CANABRAVA, 1971). Estes dois últimos presentes neste livro sob a tipologia “história econômica do Brasil”.

Outra vertente temática rememorada por Saes, diz respeito aos estudos de Alice sobre a história econômica de São Paulo. Tais pesquisas, conduzidas por meio da mobilização do aparato metodológico da história quantitativa, permitiram à historiadora demonstrar que a capitania de São Paulo possuía canais internos de acumulação: “Uma economia de decadênci: níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-1767” (CANABRAVA, 1972), “A Repartição da Terra na Capitania de São Paulo, 1818” (CANABRAVA, 1972a) e “Decadênci e Riqueza” (CANABRAVA, 1974). Somese a esses: “Esboço da história econômica de São Paulo” (CANABRAVA, 1967a), sendo que o primeiro consta da tipologia de Flávio em “História econômica de São Paulo”.

Além da produção de Alice em história econômica, Flávio lista uma ampla gama de temas:



estudos bibliográficos (sobre bandeiras, história administrativa, história do Brasil); estudos sobre fontes primárias (sobre moeda e crédito em São Paulo no século XVI, escravismo); estudos historiográficos (sobre Varnhagen, Martius, Capistrano de Abreu); estudos metodológicos (sobre as relações entre história e economia, sobre a história quantitativa); estudos sobre a história administrativa do Brasil (SAES, 2005, p. 15-16).

Uma mulher que não se acomoda diante das condições sociais pouco favoráveis de seu tempo; professora e pesquisadora pioneira em história econômica do Brasil e de São Paulo a partir de metodologia inovadora e da mobilização de “fontes primárias”: essa é a Alice de Flávio Saes.

A Alice Canabrava construída por Jobson Arruda é bem diferente. Ou melhor, as Alices... O texto “Alice Canabrava: História e mito” figura na abertura da terceira edição da tese de cátedra da historiadora defendida em 1951 na FCEA/USP: “O Desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)” e publicada em 2011 por ocasião de uma dupla comemoração: se ela estivesse viva, completaria 100 anos de idade e a associação da qual foi uma das fundadoras, a APUH, atual ANPUH, completava 50 anos. Quanto à escolha dessa tese de cátedra e não das outras, talvez se possa também justificar pelo fato de que expressa uma data redonda: a tese completava 60 anos (ARRUDA, 2011).

Apesar dos vários itens nos quais o texto de Jobson está dividido, pode-se pensá-lo em dois eixos principais: um que traz a biografia pessoal e intelectual de Canabrava e outro que discute sua obra. Quanto ao primeiro, Arruda analisa as condições em que se deram o concurso para a cadeira de História da Civilização Americana de 1946 do qual a historiadora foi preterida, mesmo obtendo as maiores notas. O autor enxerga nesse evento a invenção de Alice como “[...] ícone do movimento de afirmação feminina na academia, um exemplo candente da perfídia orquestrada pela corporação masculina em defesa de seu espaço acadêmico e, por conseguinte, de seus privilégios de gênero” (ARRUDA, 2011, p. 24). A operação intelectual e ético-política de Jobson Arruda ao longo de todo restante do texto será uma tentativa de desconstruir esse julgamento que o mesmo trata por mito. Para tanto, mobiliza os depoimentos de Olga Pantaleão, Maria Conceição Vicente de Carvalho e Gilda de Mello e Souza presentes no livro “Mulheres na USP: horizontes que se abrem” (BLAY; LANG, 2005).

Olga afirma que o concurso de Alice foi o evento mais marcante da FFCL/USP no que tange à busca do elemento feminino pela cátedra. Maria Conceição trata da misoginia presente na cultura acadêmica. Porém, segundo Jobson, quando trata de si mesma, relativiza. Ao comparar Gilda e Canabrava, Arruda afirma que ambas vieram do interior, respectivamente, de Araraquara/SP e Leme/SP – Alice nasceu em Araras/SP. Segundo Arruda (2011), Gilda é proveniente de família de



fazendeiros abastados e Alice Canabrava, da média burguesia interiorana, tendo em comum a origem em ambientes polidos e cultos. Gilda acentua que mesmo na FFCL/USP sentiu os mesmos preconceitos de que fora alvo em sua cidade natal, qualificando-os de geracionais e de gênero. Para o autor, “[...] se a conspiração antifeminina era geracional e grassava tradicionalmente em todos os setores, fica sem explicação a acolhida que Alice teve na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, tão logo se desligou da Faculdade de Filosofia” (ARRUDA, 2011, p. 34)¹¹.

A partir da inserção de Canabrava no ambiente institucional da FCEA/FEA/USP, Jobson, através de entrevistas, que toma por “autoexplicativos”, com ex-assistentes e ex-orientandos, constrói duas imagens da historiadora. Uma primeira desenha um perfil de professora de difícil trato e que exigia muito de seus assistentes; caso rememorado por Mirian Moreira Leite, sua segunda assistente. Quando se casou com Dante Moreira Leite e não pôde mais dedicar-se integralmente à pesquisa como o queria a catedrática, foi demitida. A mesma razão é rememorada por Fernando Novais e Fernando Henrique Cardoso. Ambos lembram o grau de exigência da professora quanto às funções de ensino e pesquisa e que, quando se casaram, não podendo mais dedicar-se como ela queria, foram substituídos. O quadro se altera quando da extinção do regime de cátedras e incorporação de professores via regime departamental. Flávio Saes rememora que não teve nenhum incidente de ordem pessoal ou profissional. Para ele, a historiadora compreendia a carreira universitária como um sacerdócio que requeria dedicação integral, principalmente em relação à pesquisa.

Para Nelson Nozoe, a frequência e intensidade de trabalho exigidos pela professora objetivavam preservar a qualidade da área de História, o que não impedia, segundo Flávio, que ela estabelecesse relações de grande apreço e quase maternal com alguns, como Ronaldo Rocha Vecchia e Zélia Cardoso de Mello. O fato de Alice ter mais assistentes homens do que mulheres é visto por Jobson como conservadorismo. É com esse qualificativo que enquadra sua produção historiográfica (ARRUDA, 2011).

Se Flávio Saes (2005) tenta aproxima-la da “escola dos *Annals*”, Arruda irá tentar afastá-la. Para ele, quando da chegada da “missão francesa” havia uma cultura historiográfica alicerçada nos estudos sobre bandeiras, principalmente a partir da produção de Afonso Taunay e Alfredo Ellis Júnior. A cadeira de História da Civilização Brasileira iria se modernizar somente com a chegada de Sérgio Buarque de Holanda, sendo que a renovação ficava por conta da cadeira de História Geral da

¹¹ O autor se esquece de mencionar os tempos difíceis enfrentados por Alice quando foi diretora da instituição entre 1954 e 1957. Ver capítulo 2 de: ERBERELI JÚNIOR, 2021.



Civilização por onde passara Braudel. Taunay utilizava o texto de Langlois e Seignobos que traduzia os passos da escola metódica: “pesquisa documental, análise e síntese histórica, etapas estas plenamente realizadas nos três trabalhos acadêmicos de maior relevância realizados por Alice, suas teses de doutoramento, livre-docência e cátedra” (ARRUDA, 2011, p. 46). Afirma ainda que a historiadora possuía grande apego a documentação o que se configura como sua maior qualidade, mas também seu maior defeito, recusando-se a grandes sínteses.

A tese de doutoramento de Canabrava foi resenhada por Braudel na revista dos *Annales*. Arruda (2011) vê nisso uma tentativa de busca de poder historiográfico da escola, uma vez que trabalhos de menor monta também foram resenhados como o de J. F. de Almeida Prado. Quanto à tese sobre o algodão, afirma que a autora adotou uma perspectiva de média duração, mas que se alicerçou em um problema do tempo presente, qual seja, a industrialização de São Paulo, fator que a aproximaria dos pressupostos da escola. Porém, quanto à Geografia, Canabrava não dispensaria o mesmo tratamento concebido pelos *Annales*. “A geografia surge aí mais como pano de fundo, conjunto de elementos a favorecer ou constranger as atividades econômicas, mas nunca como interação complexa homem/natureza. E se havia um tema que se prestava a esse tipo de abordagem, era a tese sobre o algodão” (ARRUDA, 2011, p. 53).

Jobson continua a comparação da tese de Alice com o que denomina de pressupostos dos *Annales*. A mobilização de agregados quantitativos, conforme estabelecido por Ernest Labrousse, está ausente da tese. O encadeamento dos fatos de modo linear é outro problema apontado pelo autor, não havendo superposição de tempos. Ademais, Canabrava partiria de uma constatação – aumento da produção de algodão na província de São Paulo por conta da interrupção de fornecimento no mercado mundial pelos EUA devido à Guerra de Secessão – e não de um problema. Para ele, os conceitos mobilizados pela autora também estariam vinculados à uma historiografia conservadora, como a caracterização de uma economia brasileira dependente externamente e expressa nos vários ciclos econômicos¹².

Outro problema que afastaria Alice Canabrava da escola dos *Annales* seria a própria concepção de sua tese em uma chave de causas e consequências, ou seja, a guerra de secessão é a causa do desenvolvimento da produção algodoeira em São Paulo e a incipiente industrialização é sua consequência (ARRUDA, 2011).

¹² O conceito que mais é mobilizado pela historiadora é “sentido da colonização” de Caio Prado Júnior (ERBERELI JÚNIOR; GLEZER, 2023).



Assim, para Jobson, a tese sobre o algodão seria uma tese “menor” quando comparada as duas primeiras e aos trabalhos posteriores da autora, principalmente os dos anos 1970 com mobilização do aparato da história quantitativa, os maços populacionais e a busca pela compreensão da estrutura da riqueza em São Paulo.

Se a intenção do editor do livro era homenagear Alice Canabrava, pois completaria 100 anos, e a associação da qual foi uma das fundadoras, 50 anos, o texto de abertura não logra tal objetivo. Parece ir em direção oposta.

Considerações finais

O que há de comum e de singular nas “Alices” vistas por diferentes ângulos? Quando a historiadora se olha no espelho, incitada pelo outro, o que ela quer ver e fazer ver é uma mulher que enfrentou as barreiras de gênero na incipiente vida universitária brasileira devido ao incentivo familiar e sua capacidade de trabalho ímpar; que conhece as condições de ensino e pesquisa em história no Brasil, sendo pesquisadora pioneira em história econômica ao mobilizar o aparato da história quantitativa e formar grupo singular de pesquisa na FCEA/FEA/USP; alguém próxima dos estudantes, assim como Monbeig e Braudel o foram e que seu interesse pela história econômica provém desse último.

O que seu próximo, o amigo Francisco Iglésias, enxerga é uma historiadora que mobiliza a história quantitativa não como modismo ou mero instrumental de sofisticação, mas sim para esclarecer determinado problema histórico, especificamente a estrutura da posse da terra e da riqueza em São Paulo. Uma Alice historiadora econômica exemplar.

No que diz respeito às representações de Alice pelo outro após seu falecimento, destaquei duas representações conflitantes. De modo geral, Saes alimenta a construção de Canabrava como mulher aguerrida que enfrentou as barreiras de gênero e que inovou na metodologia da pesquisa em história econômica no Brasil, aproximando-a, genericamente, das propostas dos *Annales* e que, por isso, conseguiu produzir pesquisas originais que serviram para que a historiadora pudesse, posteriormente, gozar de reconhecimento no campo. Arruda, por seu turno, relativiza as barreiras de gênero por ela enfrentadas, bem como a inovação de sua produção historiográfica, excetuando-se seus trabalhos em história quantitativa.



Inspirando-me em Pollak (1989), penso nessas representações conflitantes como memórias em disputa. As “memórias subterrâneas” expressas nos depoimentos concedidos em 1984 emergiram em um contexto sócio-político de (re)abertura e de início das pesquisas sobre história das mulheres. Negar as barreiras de gênero enfrentadas por elas desvela as dimensões político-epistêmicas das disputas de memória na comunidade historiadora. Ignorar os condicionantes de gênero de suas trajetórias e produções pode significar a reprodução de certa “memória enquadrada” da comunidade historiadora que possui longa tradição generificada. Uma memória disciplinar que se fundamenta(va?) na crença de que bastaria o domínio do método crítico, supostamente neutro e universal, para o reconhecimento do sujeito historiador. Não se trata apenas de reescrever a história da comunidade historiadora no Brasil tensionando-a com essas e outras “memórias subterrâneas”. Seu não reconhecimento implica a reprodução das hierarquizações e assimetrias de gênero, raça e classe que estruturam o campo, tanto política quanto epistemologicamente, e que vetam às historiadoras posições de poder historicamente ocupadas por historiadores (OLIVEIRA, 2018).

Por fim, quero chamar atenção para o último lance das disputas de memória que envolvem Alice. No dia 15 de agosto de 2018 realizou-se no Insper/SP um evento em homenagem à Alice Canabrava com as presenças de Antonio Delfim Netto, Samuel Pessôa e Francisco Vidal Luna. Todos eles, ex-alunos da historiadora, sendo que o último também foi seu orientando de tese. Deixando de lado várias imprecisões sobre a trajetória intelectual da historiadora e sua obra, destaco as tentativas de vincular Alice à figura de Delfim Netto, principalmente em relação à sua suposta contribuição na tese do economista sobre o problema do café no Brasil¹³.

Dias depois, em matéria veiculada no jornal *Folha de S. Paulo*, Marcos Lisboa, presidente do Insper, comenta sobre algumas mulheres que sofreram preconceitos no exercício de sua profissão, dentre elas Alice Canabrava. Destaca o episódio do concurso e também vincula a historiadora à Delfim Netto. “A magistral tese de doutorado de Delfim Netto deve muito a Canabrava” (LISBOA, 2018).

Aqui também me sinto convocado, como proposto por Paul Ricoeur (2007), a fazer a justa memória – me colocando também nesta disputa. Não há nenhum indício de que Alice tenha colaborado com a tese de Delfim Netto, uma vez que o mesmo não foi seu assistente de pesquisa e/ou orientando. Essa operação de homens brancos privilegiados em tentar vincular Alice àquele que tem

¹³ Infelizmente, o vídeo da transmissão foi retirado do site da instituição. Ver: <<https://www.insper.edu.br/pt/noticias/2018/9/trajetoria-e-contribuicao-de-alice-canabrava-para-a-historia-eco>>. Acessado em 24 jun. 2025.



as mãos sujas de sangue é mais um ato de violência simbólica semelhante àqueles que a historiadora sofreu durante sua vida e que Marcos Lisboa reproduz em seu artigo com o paradoxal título “preconceito”.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Íntimas histórias: a amizade como método de trabalho historiográfico”. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007, p. 211-217.

_____. O significado das pequenas coisas. História, prosopografia e biografemas. In: AVELAR, Alexandre; BISSO, Benito Schmidt (orgs.). **Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica**. São Paulo: Letra e Voz, 2012, p. 16-38.

ARAÚJO, Valdei Lopes. de; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. O sistema intelectual brasileiro na correspondência passiva de John Casper Branner. In: GOMES, Angela de Castro Gomes (orga.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 93-109.

ARFUCH, Leonor. **El espacio biográfico. Dilemas de la subjetividad contemporánea**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Alice Canabrava: História e Mito. In: CANABRAVA, Alice Piffer. **O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)**. São Paulo: EDUSP/ANPUH, 2011, p. 9-70.

BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (orgas.). **Mulheres na USP: horizontes que se abrem**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

BRAUDEL, Fernand. Du potosi à Buenos Aires: Une route clandestine de l’argent. Fin du XVe, début du XVIIe siècle. **Annales. Économie, Sociétés, Civilisations**. Paris, n. 4, p. 546-550, 1948.

CANABRAVA, Alice Piffer. **O Comércio Português no rio da Prata (1580-1640)**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Boletim XXXV. História da Civilização Americana. N. 2, 1944.

_____. Carta a Francisco Iglésias. São Paulo, 14 jun. 1954. Acervo Francisco Iglésias. IMS/RJ. FI-C-CP (062).

_____. Carta a Francisco Iglésias. São Paulo, 17 fev. 1956. Acervo Francisco Iglésias. IMS/RJ. FI-C-CP (063).

_____. A Grande Propriedade Rural. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira. Época Colonial: Administração, Economia, Sociedade**. t. I, v. 2. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960, p. 192-217.

_____. Carta a Francisco Iglésias. São Paulo, 01 mai. 1966. Acervo Francisco Iglésias. IMS/RJ. FI-C-CP (088).

_____. Carta a Francisco Iglésias. São Paulo, 11 dez. 1966. Acervo Francisco Iglésias. IMS/RJ. FI-C-CP (075).



- _____. Carta a Francisco Iglésias. São Paulo, 02 abr. 1967. Acervo Francisco Iglésias. IMS/RJ. FI-C-CP (076).
- _____. Carta a Francisco Iglésias. São Paulo, 17 jun. 1967. Acervo Francisco Iglésias. IMS/RJ. FI-C-CP (078).
- _____. João Antonio Andreoni e sua obra. In: ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p. 9-112.
- _____. Esboço da História Econômica de São Paulo. In: BRUNO, Ernani Silva (org.). **São Paulo: Terra e Povo**. Porto Alegre: Editora Globo, 1967a, p. 19-46.
- _____. A Grande Lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico: Declínio e Queda do Império**. t. II, v. 4. São Paulo: Difusão européia do livro, 1971, p. 85-137.
- _____. Uma Economia de Decadência: Os níveis de Riqueza na Capitania de São Paulo, 1765-1767. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 193-221, 1972.
- _____. A Repartição da Terra na Capitania de São Paulo, 1818. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 77-129, 1972a.
- _____. Decadência e Riqueza. **Revista de História**, São Paulo, n. 100, p. 335-366, 1974.
- _____. Carta a Francisco Iglésias. São Paulo, 31 dez. 1981. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-CP-P1, 28-(4).
- _____. Entrevista. Projeto Estudos Brasileiros. MIS/SP, 1981. 00035EBR00026AD (Estudos brasileiros rolo 116.27 A-0150).
- _____. **O Açúcar nas Antilhas (1697-1755)**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981a.
- _____. Carta a Francisco Iglésias. São Paulo, 10 mar. 1982. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-Ca-P2, 7-(3).
- _____. Carta a Francisco Iglésias. São Paulo, 01 jul. 1984. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP.APC-Ca-P2, 16-(2).
- _____. **O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)**. São Paulo: Itatiaia, 1984.
- _____. Carta a Francisco Iglésias. São Paulo 10 fev. 1985. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-Ca-P2, 18-(1).
- _____. Carta a Francisco Iglésias. São Paulo, 21 mai. 1985. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-Ca-P2, 19-(3).
- _____. Minhas Reminiscências. **Economia aplicada**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 157-163, 1997.
- _____. Alice Piffer Canabrava: historiadora (1984). In: BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (orgas.). **Mulheres na USP: horizontes que se abrem**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004, p. 85-106.
- _____. O caminho percorrido. In: CANABRAVA, Alice Piffer. **História Econômica: estudos e pesquisas**. São Paulo: Hucitec/Unesp/ABPHE, 2005, p. 23-34.
- _____. **O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)**. São Paulo: EDUSP; ANPUH, 2011.



CAIXETA, Laura Jamal. Corpos e gênero na história da historiografia brasileira: as possibilidades do “ser historiador” através das memórias de Alice Canabrava (1981-1997). **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1-24, 2023.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: EDUSP, 2009.

ERBERELI JÚNIOR, Otávio. De preterida à preferida: considerações em torno da trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava (1935-1951). **História da historiografia**, Ouro Preto, v. 9, n. 22, p. 97-115, 2016.

_____. **A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava: um ofício como sacerdócio (1935-1997)**. Mariana: SBTHH, 2021.

ERBERELI JÚNIOR, Otávio; GLEZER, Raquel. Alice Piffer Canabrava – quando os dados contradizem os modelos, há uma nova interpretação. In: SECCO, Lincoln; SILVA, Marcos; BRITES, Olga (orgs.). **Mulheres que interpretam o Brasil**. São Paulo: Contracorrente, 2023, p. 29-53.

GAY, Peter. **O coração desvelado: a experiência burguesa da rainha** Vitrória a Freud. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: _____. (orga.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 7-24.

_____. Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre. In: _____. (orga.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004a, pp. 51-75.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. **Em terreno movediço. Biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. **Escritas epistolares**. São Paulo: EDUSP, 2016.

IGLÉSIAS, Francisco. Carta a Alice Piffer Canabrava. Belo Horizonte, 28 jun. 1960. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-CP-P1, 1-(1).

_____. Carta a Alice Piffer Canabrava. Belo Horizonte, 20 jun. 1966. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-CP-P1,2-(1).

_____. Carta a Alice Piffer Canabrava. Belo Horizonte, 25 mar. 1967. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-CP-P1,4-(1).

_____. Carta a Alice Piffer Canabrava. Belo Horizonte, 24 mar. 1972. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-CP-P1, 7-(1).

_____. Carta a Alice Piffer Canabrava. Belo Horizonte, 23 mar. 1975. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-CP-P1, 10-(3).

_____. Carta a Alice Piffer Canabrava. Belo Horizonte, 18 ago. 1974. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-CP-P1, 8-(2).

_____. Carta a Alice Piffer Canabrava. Belo Horizonte, 31 jan. 1978. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-CP-P1, 12-(1).

_____. Carta a Alice Piffer Canabrava. Belo Horizonte, 26 abr. 1978. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-CP-P1,16(2).



- _____. Carta a Alice Piffer Canabrava. Belo Horizonte, 25 jan. 1980. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-CP-P1,19-(1).
- _____. Carta a Alice Piffer Canabrava. Belo Horizonte, 04 mar. 1982. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-CP-P2, 6-(1).
- _____. Carta a Alice Piffer Canabrava. Belo Horizonte, 16 jan. 1984. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-CP-P2, 15-(2).
- _____. Orelha. In: CANABRAVA, Alice Piffer. **O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)**. São Paulo: Itatiaia, 1984.
- _____. Carta a Alice Piffer Canabrava. Belo Horizonte, 21 jun. 1987. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-CP-P2, 26-(1).
- LISBOA, Marcos. Preconceito. **Folha de S. Paulo**. 26/08/2018. A2, Opinião.
- LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- _____. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da historiografia**, Ouro Preto, v. 11, n. 28, p. 104-140, 2018.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- POPKIN, Jeremy. **History, historians, and autobiography**. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Lutas e conquistas das primeiras historiadoras em História Econômica, 1934-1972. In: SAES, Alexandre Macchione; RIBEIRO, Maria Alice Rosa; SAES, Flávio Azevedo Marques de (orgs.). **Rumos da história econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE**. São Paulo: Alameda, 2017, p. 139-203.
- RICOEUR, Paulo. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Unicamp, 2007.
- _____. **O si mesmo como outro**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. Introdução. In: CANABRAVA, Alice Piffer. **História Econômica: estudos e pesquisas**. São Paulo: Hucitec/Unesp/ABPHE, 2005, p. 7-16.
- _____. Alice Piffer Canabrava (1911-2003). In: SAES, Alexandre Macchione; RIBEIRO, Maria Alice Rosa; SAES, Flávio Azevedo Marques de (orgs.). **Rumos da história econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE**. São Paulo: Alameda, 2017, p. 237-261.
- SANTOS, Alessandra Soares. **Francisco Iglesias: a história e o historiador**. São Paulo: Alameda, 2017.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Escrever biografias no Brasil hoje: entre inovações e modelos tradicionais. In: DUTRA, Eliana de Freitas (orga.). **O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 205-217.
- TREBITSCH, Michel. Correspondances d'intellectuels: le cas de lettres d'Henri Lefebvre à Norbert Guterman (1935-1947). **Les Cahiers de l'IHTP**, [S. l.], n. 20, p. 70-84, 1992.



VENÂNCIO, Giselle Martins. Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história. In: GOMES, Angela de Castro. (orga.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 111-137.

VIDAL, Laurent. **Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico: do Marrocos à Amazônia (1769-1783)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.